



COMISSÃO
DO MERCADO
DE CAPITAIS
REPÚBLICA DE ANGOLA

RELATÓRIO &
CONTAS 2017



COMISSÃO
DO MERCADO
DE CAPITAIS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Relatório & contas CMC 2017

© 2018 CMC

Comissão do Mercado de Capitais

Complexo Administrativo Clássicos de Talatona,
Rua do MAT, 3 B, GU 19 B, Bloco A5, 1º e 2º
Luanda – Angola

Presidente da Comissão do Mercado de Capitais:
Mário Edison Gourgel Gavião

Administradores Executivos:

Hélder da Costa Cristelo

Otoniel Lobo Carvalho dos Santos

Elmer Vivaldo de Sousa Serrão

Edna Nogueira Fernandes da Silva Kambinda

Capa / Projecto Gráfico / Paginação: Back

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

C733 Comissão do Mercado de Capitais

Relatório & Contas 2017 / Comissão do Mercado
de Capitais - Luanda: CMC, 2018.

13 p.: il.

1. Comissão do Mercado de Capitais – Angola.
2. Relatório – Contabilidade. I. Título

CDD 658.151 2

Centro de Documentação da Comissão do Mercado de Capitais



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2017 foi marcado, do ponto de vista político, pelas Eleições Gerais de 23 de Agosto e, do ponto de vista económico, pela contínua desaceleração da economia angolana, fruto da redução do preço do petróleo nos mercados internacionais.

A nossa instituição não ficou alheia às alterações políticas, tendo sofrido alterações ao nível da sua direcção, mantendo, contudo, os desígnios estratégicos aprovados para o período 2018-2022.

Outro marco importante foi a admissão da Instituição como membro ordinário da IOSCO – *International Organization of Securities Commissions*, facto que representa, para nós, o reconhecimento de todo o esforço desenvolvido ao longo dos últimos anos, para assegurar as condições regulatórias e de supervisão para um funcionamento seguro e transparente do mercado de valores mobiliários.

Durante o ano 2017, e apesar das condições adversas da nossa economia, procuramos manter a aposta na formação e superação técnica dos nossos quadros, situação que seguramente iremos manter e melhorar durante o presente ano.

Do ponto de vista da supervisão, as nossas atenções estiveram viradas para a customização do Sistema Informático de Supervisão e Fiscalização da CMC (SISF), cujo objectivo consiste em tornar mais eficiente a supervisão e a vigilância das entidades que operam no mercado angolano de valores mobiliários. Para o presente ano pretendemos finalizar o processo, apesar das dificuldades, que se prendem com as alterações constantes na regulação e no nível de informação que se pretende extrair da aplicação.

Do ponto de vista da regulação, houve menos produção legislativa, todavia, vimos incrementar as normas sobre prestação de informação. Podemos, por isso, confirmar que o actual quadro regulatório é suficientemente robusto para atender às necessidades actuais do mercado.

Paralelamente às acções de regulação e supervisão, foram também realizadas várias iniciativas com o objectivo de dinamizar o mercado de valores mobiliários em Angola e aumentar o nível de literacia financeira da população.

O baixo nível de literacia financeira da sociedade e a fraca cultura de poupança e de investimento dos cidadãos são desafios actuais e que têm um forte impacto na dinamização do mercado. A CMC vai continuar a investir no Programa de Educação Financeira e nas acções do Plano Nacional de Inclusão Financeira, sob égide do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF).

Por fim, é importantíssimo sublinhar que os resultados alcançados contaram com o trabalho e dedicação extrema de um colectivo de trabalhadores ávidos de novos conhecimentos e com um excepcional espírito de missão, pelo que assumimos o compromisso irrevogável de manter a aposta na formação contínua e permanente dos colaboradores da CMC, para que possam exercer de forma cabal a missão que nos foi confiada.

MÁRIO EDISON GOURGEL GAVIÃO

Presidente da Comissão do Mercado de Capitais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mário Gavião

Presidente do Conselho de Administração

Edna Kambinda

Administradora Executiva

Otoniel Santos

Administrador Executivo

Elmer Serrão

Administrador Executivo

Hélder Cristelo

Administrador Executivo

MISSÃO

A CMC tem como missão promover, regular, supervisionar, fiscalizar o mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, de modo a assegurar a sã concorrência neste mercado, a garantir a legítima confiança e a segurança jurídica de todos que nele intervenham e a prevenir o risco sistémico.

VISÃO

- Contribuir para posicionar o mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados como um mecanismo de financiamento do Estado e das empresas angolanas, capaz de contribuir para o crescimento económico, geração de emprego e inclusão financeira das populações; e

- Afirmar-se como um organismo de supervisão essencial para a estabilidade e coesão do sistema financeiro angolano, dotado de credibilidade e reconhecimento social, capaz de regular de maneira eficiente o funcionamento do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados e proteger os investidores.

VALORES

Rigor: A CMC considera que o rigor gera satisfação e a garantia de um trabalho de qualidade, visando a excelência. O rigor consolida princípios, procedimentos, metodologias, comportamentos e formas de ser e estar. O rigor cria hábitos de trabalho eficazes e eficientes e reforça a certeza na concretização dos objectivos;

Eficiência: A CMC entende que só com a boa gestão dos recursos materiais e humanos colocados a sua disposição irá conseguir atingir os objectivos que preconiza. É fundamental para o mercado de valores mobiliários a existência de uma CMC forte e eficiente;

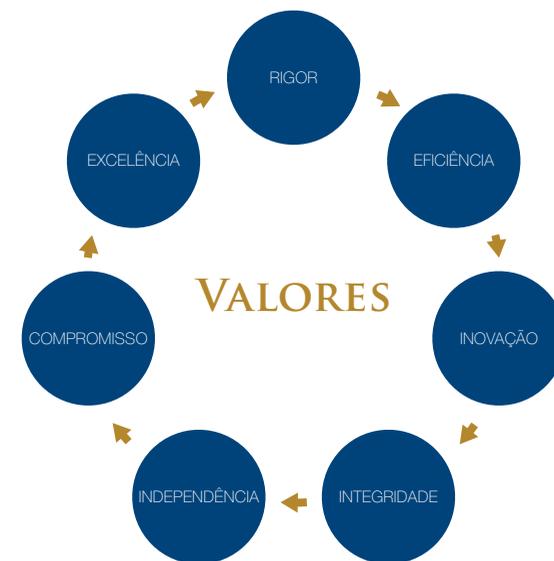
Inovação: A CMC acredita que o compromisso com a aprendizagem contínua e melhoria de processos, é base para o alcance da excelência;

Integridade: A CMC está comprometida em prosseguir a sua missão, executando as suas acções com honestidade, justiça, transparência e ética;

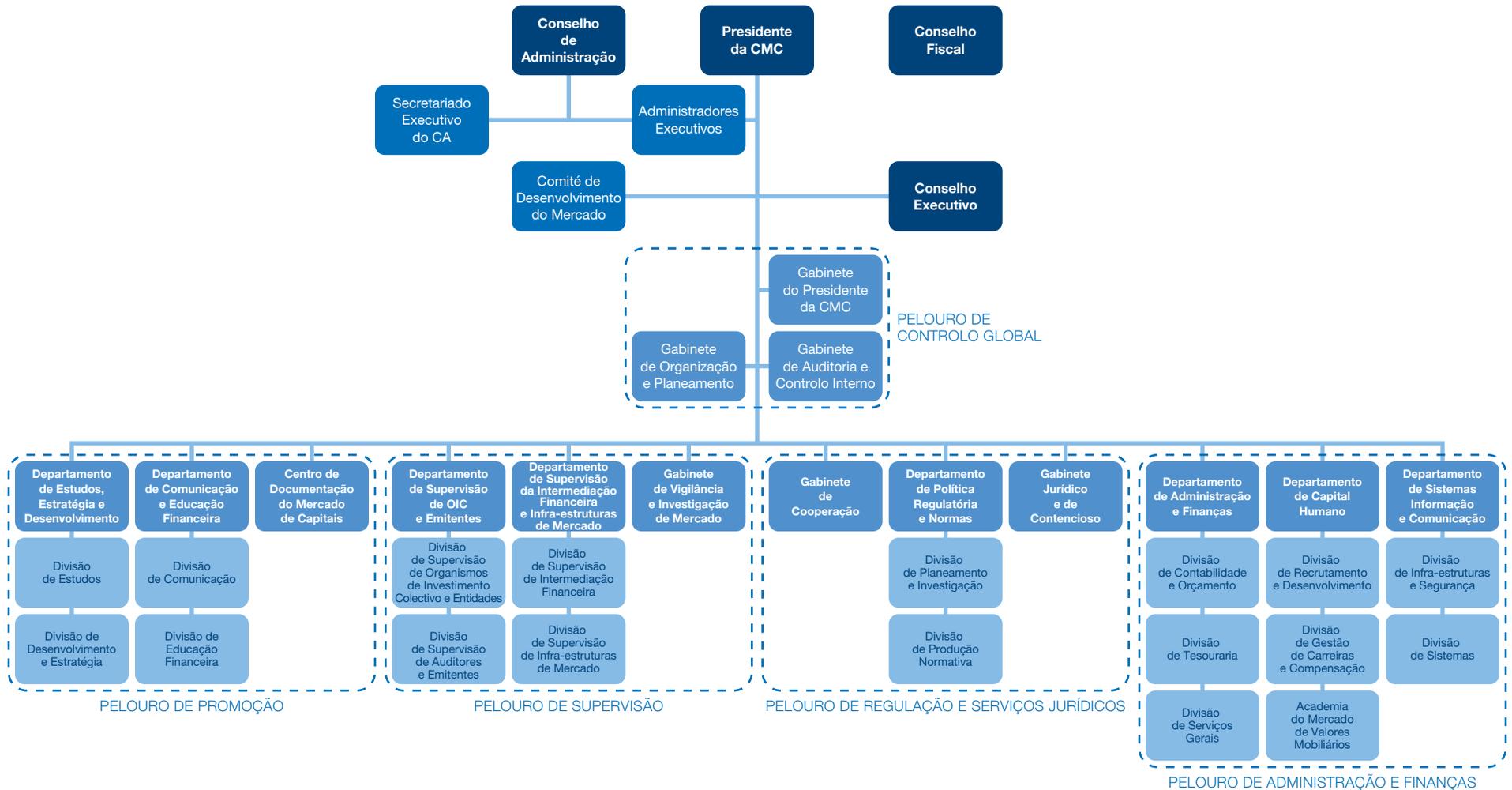
Independência: Para que a CMC possa cumprir a sua missão, é condição fundamental que ela disponha de um mandato amplo e claramente definido. A sua actuação pauta-se pela total autonomia na execução das suas acções, assim como na sua gestão patrimonial e administrativa;

Compromisso: A CMC entende ser fundamental que exista a predisposição para a execução das suas acções com o mais alto nível de profissionalismo e dedicação, procurando sempre exceder as expectativas dos seus *stakeholders*; e,

Excelência: Promovendo o desenvolvimento de competências e o mérito, a CMC irá pautar a sua actuação, na busca permanente pela excelência, tendo em vista posicionar-se como uma escola de referência e uma marca no sistema financeiro angolano.



ORGANIGRAMA DA COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS



ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DOS MERCADOS FINANCEIROS	9	26 CAPITAL HUMANO
1.1. ECONOMIA MUNDIAL	10	30 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1.2. ECONOMIA NACIONAL	10	31 4.1. ENQUADRAMENTO
1.3. MERCADOS FINANCEIROS	12	31 4.2. BALANÇO ORÇAMENTAL
		32 4.3. BALANÇO FINANCEIRO
2. A ACTIVIDADE DA CMC	17	33 4.4. BALANÇO PATRIMONIAL
2.1. INTRODUÇÃO	18	34 4.5. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
2.2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	19	36 4.6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.2.1. DOMÍNIO DA REGULAÇÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	19	
2.2.2. DOMÍNIO DA PROMOÇÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	20	43 ANEXOS
2.2.3. DOMÍNIO DA SUPERVISÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	22	44 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.2.4. DOMÍNIO DA COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	25	47 ACRÓNIMOS

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1	10	38	TABELA 6
DESEMPENHO DO PRODUTO 2016-2018			IMOBILIZAÇÕES
TABELA 2	31	39	TABELA 7
BALANÇO ORÇAMENTAL			MOVIMENTO DAS IMOBILIZAÇÕES (VALORES BRUTOS)
TABELA 3	32	40	TABELA 8
BALANÇO FINANCEIRO			MOVIMENTO DAS AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO
TABELA 4	33	41	TABELA 9
BALANÇO PATRIMONIAL			DÍVIDA DE CONTRATOS
TABELA 5	34	42	TABELA 10
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	10	15	GRÁFICO 7
EVOLUÇÃO DO PIB (%) E SEUS COMPONENTES			EVOLUÇÃO DO MERCADO DAS COMMODITIES
GRÁFICO 2	11	16	GRÁFICO 8
COMPORTAMENTO DA TAXA DE INFLAÇÃO			EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO
GRÁFICO 3	11	27	GRÁFICO 9
RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS, MM USD			DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADES DE ESTRUTURA
GRÁFICO 4	12	27	GRÁFICO 10
DÍVIDA PÚBLICA CORE – YIELDS A 10 ANOS			DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO
GRÁFICO 5	13	27	GRÁFICO 11
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS TRANSACCIONADOS NO MBTT (AOA, MIL MILHÕES)			DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA
GRÁFICO 6	14	28	GRÁFICO 12
EVOLUÇÃO DO MERCADO ACCIONISTA			DISTRIBUIÇÃO POR IDADE
			GRÁFICO 13
			DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

1

ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO
E DOS MERCADOS
FINANCEIROS

1.1. ECONOMIA MUNDIAL

Depois de atravessar um momento de grandes desafios e incertezas em 2016, a economia mundial começa a demonstrar sinais de recuperação. Na actualização ao *World Economic Outlook* (relatório das previsões económicas mundiais) divulgado em Janeiro de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) melhorou a estimativa de crescimento para 2017, antevendo um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial na ordem dos 3,7%, que é 0,5 pontos percentuais (pp) superior ao verificado em 2016 (e mais 0,1 pp do que o estimado em Outubro).

Esta revisão em alta do crescimento económico mundial reflecte a manutenção e/ou aceleração da actividade económica observada nos principais blocos económicos, com particular destaque para a economia americana que cresceu 2,3% em 2017, contrariamente aos 1,5% verificados pelo FMI em 2016.

Entretanto, espera-se que esta trajectória de crescimento económico observada em 2017 pelo FMI se mantenha em 2018, com um crescimento previsto de 3,9%.

TABELA 1 DESEMPENHO DO PRODUTO 2016-2018

	2016	2017E	2018P
Mundo	3,2%	3,7%	3,9%
Zona Euro	1,8%	2,4%	2,2%
Estados Unidos	1,5%	2,3%	2,7%
Economias Emergentes	4,4%	4,7%	4,9%

Fonte: IMF, WEO, Janeiro 2018.

1.2. ECONOMIA NACIONAL

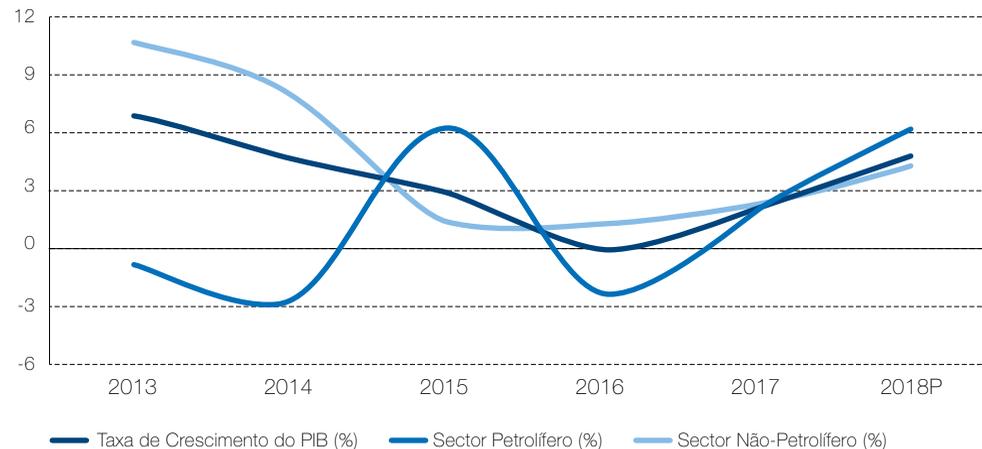
De acordo com o relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado de 2018, a economia angolana vem experimentando desde o início do segundo semestre de 2014 um período económico e financeiro adverso, determinado por um choque externo a nível da conta corrente da balança de pagamentos.

Todavia, as projecções mais recentes da economia nacional apontam para uma taxa de crescimento do PIB de 1,5%, contrariamente ao previsto no OGE 2017, em decorrência das alterações dos pressupostos técnicos do quadro de gestão macroeconómica subjacente à execução do OGE 2017.

As mais recentes projecções fiscais, que tomam em consideração a execução fiscal nos três primeiros trimestres do ano, antecipam um défice fiscal mais baixo do que o previsto no OGE 2017, estimado em 5,3% do PIB, ou seja, de AOA 968,4 mil milhões. Este défice é suportado por uma receita total projectada em AOA 3.253,5 mil milhões (17,7% do PIB) e uma despesa total estimada em AOA 4.221,9 mil milhões (23% do PIB).

As receitas de exportação de petróleo permaneceram abaixo do que foi projectado no OGE de 2017, apesar de terem aumentado em linha com a recuperação do preço do petróleo que se verificou ao longo do ano, fruto da estratégia adoptada pela OPEP e pela Rússia de diminuição da produção para impulsionar a subida dos preços.

GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO DO PIB (%) E SEUS COMPONENTES



Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2018.

O nível de preços apresentou uma trajetória decrescente ao longo de 2017, tendo encerrado o ano com uma taxa de 23,67%, o que significou um decréscimo de 42,44% pp em relação ao valor observado no final de 2016, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Este comportamento pode ser explicado pela estabilidade cambial que se observou ao longo do ano, que pode ter induzido a redução do ritmo de aumento dos preços dos produtos da cesta básica sobretudo os produtos importados.

Em relação à política monetária, à semelhança do que se verificou no ano passado permaneceu restritiva ao longo de 2017, tendo-se acentuado com a elevação da taxa básica de juros de 16% para 18%.

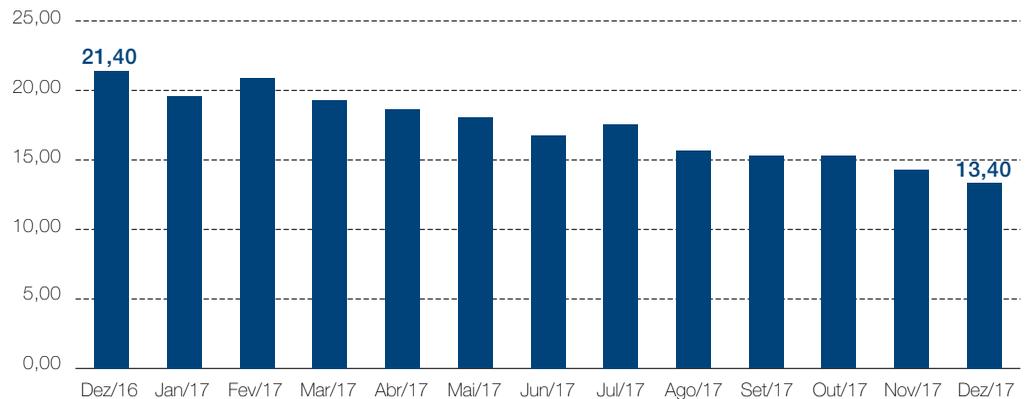
Quanto às reservas internacionais líquidas, de acordo com os dados publicados pelo Banco Nacional de Angola (BNA), estas voltaram a cair ao longo do ano, tendo saído de USD 21,4 mil milhões em Dezembro de 2016, para USD 13,4 mil milhões em Dezembro de 2017, o que representou uma queda de 37,38%. Em resultado, a taxa de câmbio USD/AOA permaneceu inalterada nos AOA 165,90, desde Maio de 2016.

GRÁFICO 2 COMPORTAMENTO DA TAXA DE INFLAÇÃO



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

GRÁFICO 3 RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS, MM USD



Fonte: Banco Nacional de Angola.

1.3. MERCADOS FINANCEIROS

a) Mercado de Dívida Pública

Os indicadores económicos europeus revelaram a melhor dinâmica da economia do continente com base na recente descida das yields das obrigações europeias em reação ao prolongamento do programa de compra de títulos por parte do Banco Central Europeu (BCE). Na Zona Euro, o rendimento dos títulos a 10 anos (*yields*) das economias avançadas continua a transaccionar em

níveis muito reduzidos, tendo a *yield* das obrigações alemãs a 10 anos no final de Dezembro fixado em 0,43%, com uma variação positiva de 5,29% face a Dezembro do ano anterior. A dívida com idêntica maturidade de Espanha, Itália e Portugal fixou-se em 1,57%, 2,02% e 1,94% no final de 2017, variando 13,2%, -48,4% e 11,07%, respectivamente, face ao ano anterior.

Nos Estados Unidos, com uma variação negativa de 1,6% face ao ano anterior, a rentabilidade das obrigações a 10 anos fixou-se à volta dos 2,41% no final de Dezembro de 2017.

GRÁFICO 4 DÍVIDA PÚBLICA CORE – YIELDS A 10 ANOS



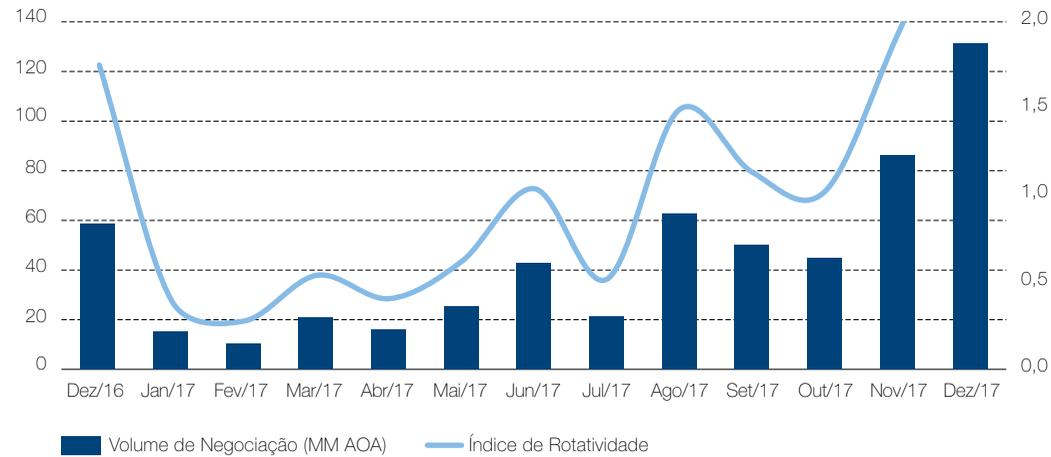
Fonte: Bloomberg.

Em 2017, verificou-se de um modo geral uma variação positiva na emissão da dívida pública. O Tesouro Nacional, segundo dados preliminares do BNA, colocou em 2017 no mercado primário AOA **2,6** bilhões em

Títulos do Tesouro. Deste valor, AOA **1,7** bilhões correspondem a Bilhetes do Tesouro (BT) e AOA **860** mil milhões a Obrigações do Tesouro, o que representa um aumento de **5,7%** em relação a 2016.

Relativamente ao mercado secundário de dívida pública, sob gestão da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), registou em 2017 um crescimento de **46%** no volume de transacções face ao ano anterior, tendo transaccionado em AOA **527** mil milhões em 2017.

GRÁFICO 5 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS TRANSACCIONADOS NO MBTT (AOA, MIL MILHÕES)



Fonte: BODIVA e BNA.

b) Mercado Accionista

No final de Dezembro de 2017, os principais índices bolsistas mundiais seguiram uma trajetória crescente, favorecida pelo bom desempenho dos indicadores económicos e financeiros mundiais.

Na América do Norte, o índice accionista S&P500 alcançou níveis máximos sucessivos, tendo registado uma variação positiva de **19,4%** entre finais de Dezembro de 2016 a Dezembro de 2017. Contribuiu para o bom desempenho deste índice a expectativa ocorrida fruto da aprovação da reforma fiscal proposta pela

administração Trump, bem como pelo bom desempenho da economia americana.

Similarmente, na Europa, o índice Eurostoxx50 registou uma variação ligeiramente positiva de **6,50%** entre Dezembro de 2016 a Dezembro 2017, influenciado pelo aumento dos índices de confiança na economia alemã e os resultados animadores do sector industrial francês, bem como pelo resultado da descida da taxa de desemprego na Europa, de 7,7% em Julho para 7,6% em Agosto, o que demonstra uma melhoria do clima económico europeu.

Por último, o índice MSCI dos mercados emergentes superou as expectativas com uma variação positiva de **34,35%** face ao final de 2016. A China continua a ser o grande impulsionador para tal crescimento com o apetite por bens do resto do mundo. Também contribuiu para a variação positiva deste índice o forte crescimento do PIB da Índia no terceiro trimestre (**6,3%**) e o bom desempenho da economia Russa suportada pelo aumento do preço do *Brent*.

GRÁFICO 6 EVOLUÇÃO DO MERCADO ACCIONISTA



Fonte: Bloomberg.

c) Mercado das *Commodities*

Durante o ano de 2017, as diferentes *commodities* apresentaram desempenhos díspares. O preço do *Brent*, referência para as exportações angolanas, registou um aumento de **17,7%**, tendo-se fixado em **66,72 USD**/barril em Dezembro.

A subida dos preços foi influenciada pelo acordo efectuado entre os países da OPEP e a Rússia, com vista à redução da produção diária (acordo que foi prolongado

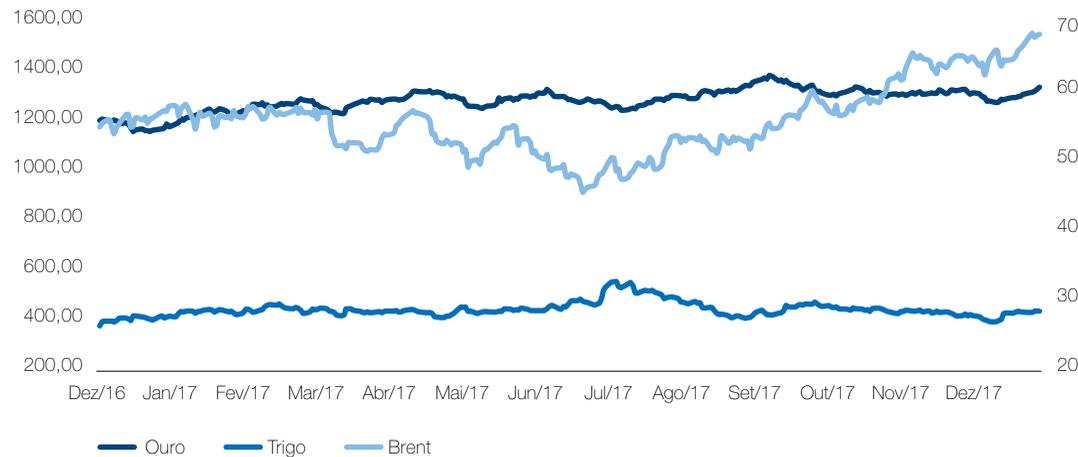
até final de 2018), bem como pela expectativa de que os EUA não aumentem a produção para um nível suficientemente elevado para alterar os preços no mercado.

No que concerne aos metais preciosos, o ouro registou uma variação acumulada positiva na ordem dos **13,5%**, entre finais de Dezembro de 2016, comparativamente ao mesmo período de 2017, fixando-se em **1.280,62**

USD/onça no final de 2017. Este comportamento deveu-se ao aumento da procura de activos de refúgio como o ouro pelos investidores.

Relativamente às *commodities* agrícolas, o preço do trigo registou uma variação negativa na ordem dos 4,7% entre o final de 2016 e o final de 2017, influenciado pelo aumento da oferta desta *commodity* por parte dos grandes produtores.

GRÁFICO 7 EVOLUÇÃO DO MERCADO DAS *COMMODITIES*



Fonte: Bloomberg.

d) Mercado Interbancário

A taxa de juro a 1 dia (*Luibor overnight*) sofreu uma ligeira diminuição de **23,35%** em Dezembro de 2016 para **17,77%** no mesmo período em 2017, representando uma variação negativa na ordem dos **24%**.

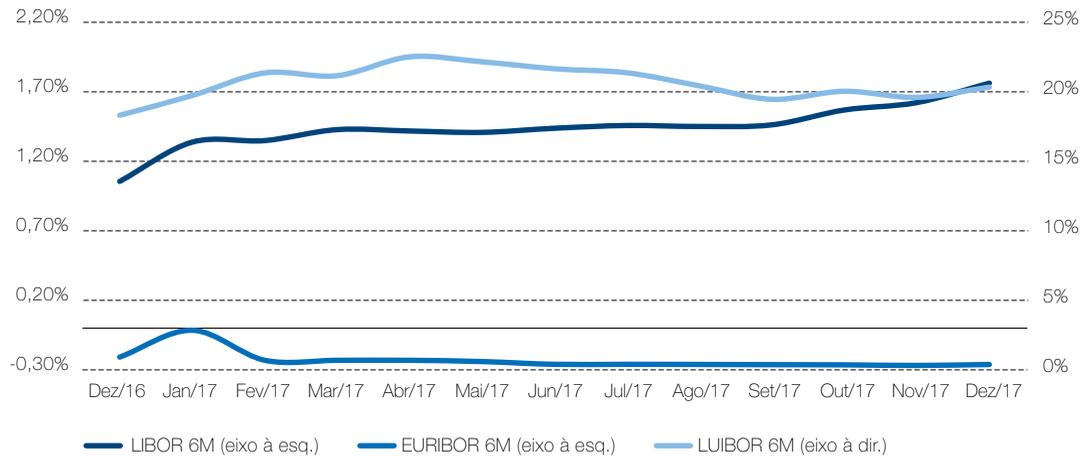
A *Luibor* para as maturidades de 30, 90, 180, 270 e 360 dias apresentou um aumento saindo de **17,41%**, **18,23%**, **18,30%**, **19,65%** e **20,17%**, para **18,27%**, **18,92%**, **20,16%**, **21,90%** e **23,08%** respectivamente.

O facto da *Luibor* nas maturidades mais longas ser maior do que a taxa de juro a um dia (*overnight*), reforça a certeza junto da Banca quanto à concessão de créditos naquelas maturidades.

No mercado internacional, a taxa Libor 6M (Londres) registou um aumento, tendo-se fixado em **1,77%** em Dezembro de 2017 comparativamente aos **1,05%** verificados no mesmo período de 2016. Por outro lado,

a Euribor 6M (Zona Euro) manteve a sua tendência decrescente, reflectindo o facto da taxa de inflação da Zona Euro ter estado abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central Europeu (2,00%) o que se traduz na continuidade do programa *quantitative easing*, tendo fechado 2017 em terreno negativo na ordem dos **0,27%** um decréscimo relativamente ao mesmo período de 2016 em que se havia fixado negativamente na ordem dos **0,22%**.

GRÁFICO 8 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO



Fonte: Bloomberg.

2

ACTIVIDADE
DA CMC

2.1. INTRODUÇÃO

A Comissão do Mercado de Capitais (CMC) é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e de património próprio, com atribuições de regulação, supervisão, fiscalização e promoção do mercado de capitais em Angola e das actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham, directa ou indirectamente, por força do n.º 1 do artigo 1.º conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º, do seu Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho.

A CMC está sujeita à superintendência do Presidente da República e à tutela do Ministro das Finanças, nos termos previstos no seu Estatuto Orgânico, e nas disposições do Código de Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto.

A CMC é actualmente dirigida por um Conselho de Administração, nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 207/16, de 29 de Setembro, composto por um Presidente e quatro Administradores Executivos. Entretanto, por via do Decreto Presidencial n.º 262/17, de 30 de Outubro, foi nomeado o actual Presidente do Conselho de Administração e um dos Administradores Executivos.

Assim, o presente relatório pretende de forma objectiva e detalhada, reportar o *status* das tarefas executadas pelas unidades de estrutura da CMC, durante o período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2017.

No quadro da actual dinâmica operacional da CMC, impõe-se que se proceda ao balanço e à avaliação regular das suas actividades, visando adequá-las às linhas orientadoras aprovadas e à preparação de condições regulatórias favoráveis ao desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários.

Assim, realça-se a realização do **V Encontro Anual de Quadros da CMC**, no período de 01 a 03 de Fevereiro de 2017, em Luanda, na sala de conferências do Hotel de Convenções de Talatona, sito no Município de Belas, sob o lema “**Mercado de Capitais – Perspectivas Futuras**”. Este encontro visou partilhar as Linhas Orientadoras da Estratégia da CMC para os próximos cinco anos, identificar os principais desafios para a implementação de um Mercado de Capitais dinâmico e ainda colher contributos dos principais *players* do mercado.

Durante o período em análise, continuaram a ser desenvolvidos trabalhos concernentes à estruturação do sistema de acompanhamento das instituições financeiras não bancárias sob supervisão da CMC, contando com os préstimos de um sistema informático de supervisão e fiscalização (SISF), visando a melhoria do processo de supervisão como um todo, tornando-o mais eficiente e estruturado.

Destaca-se, no processo de dinamização do mercado de capitais, a continuidade do desenvolvimento de acções que visaram criar um ambiente que torne o mercado de valores mobiliários mais robusto, enquanto canal de financiamento para a economia nacional.

Adicionalmente, realça-se a realização do “Fórum do Mercado de Capitais 2017” que teve como principal objectivo levar a debate temas voltados para a dinamização do mercado de capitais em Angola, com particular destaque para o mercado de acções e dos organismos de investimento colectivo. O evento contou com a presença de representantes do sistema financeiro angolano e de convidados de diversos sectores da sociedade, destacando-se a presença da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) de Portugal que se fez representar pela Vice-Presidente, Dra. Filomena Oliveira.

Quanto ao Programa de Regulação do Mercado de Valores Mobiliários, foram executadas acções de regulamentação, com o intuito de contribuir para o crescimento deste mercado. Assim, destaca-se a publicação, em Diário da República e no *Website* da CMC, de 18 (Dezoito) diplomas legais e regulamentares.

No domínio da Cooperação Local, foram realizadas actividades de assistência técnica e troca de informações, no âmbito dos acordos bilaterais celebrados com parceiros locais, designadamente com o BNA sobre as “zonas cinzentas” de supervisão e a clarificação das questões relacionadas com o Aviso n.º 1/17, sobre Procedimentos de Movimentação da Conta de Capitais, com os supervisores financeiros relativamente à Estratégia Nacional de Educação Financeira, com o Instituto de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) sobre a apresentação dos instrumentos financeiros denominado “*Mini-bonds*” e concertação técnica com a Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA) no âmbito da normalização contabilística.

No domínio da Cooperação Internacional, importa destacar a admissão da CMC como membro ordinário da IOSCO (*International Organization of Securities Commissions*). Para além deste feito, a CMC desenvolveu uma série de acções como membro do CISNA (*Committee of Insurance, Securities and Non-banking Financial Authorities*), LEIROC (*Legal Entity Identifier Regulatory Oversight Committee*) e do INFE (*International Network on Financial Education*).

2.2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.2.1. Domínio da Regulação do Mercado de Valores mobiliários

Neste domínio, e tendo em consideração os objectivos específicos traçados, destaca-se a aprovação e publicação, em Diário da República (DR) e no Website da CMC, de 18 (dezoito) diplomas, nomeadamente:

- **Aprovação e publicação, em Diário da República (DR) e no Website da CMC, 18 (dezoito) diplomas:**
 - Lei de Autorização Legislativa para Aprovação do Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Patrimónios;
 - Decreto Legislativo Presidencial sobre as Sociedades Gestoras de Patrimónios;
 - Decreto Executivo do Registo de Valores Mobiliários no Emitente;
 - Regulamento do Plano de Contas das Instituições Financeiras Não Bancárias;
 - Regulamento do Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras de OIC;
 - Regulamento dos Mercados Regulamentados;

- Regulamento sobre o Registo dos Responsáveis com Função de Gestão Relevante;
 - Instrução sobre a Prestação de Informação Financeira das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados;
 - Instrução sobre Prestação de Informação dos OICs’;
 - Instrução sobre Prestação de Informação das SGOIC’s;
 - Instrução sobre Prestação de Informação dos Peritos Avaliadores de Imóveis de OIC’s Imobiliários;
 - Instrução sobre Prestação de Informação das Entidades Certificadoras de Peritos Avaliadores de Imóveis de OIC’s Imobiliários;
 - Instrução sobre Prestação de Informação pelos Auditores Externos;
 - Instrução sobre Integração no Sistema Informático de Supervisão e Fiscalização da CMC;
 - Instrução sobre o Licenciamento no Sistema Informático de Supervisão e Fiscalização das entidades supervisionadas pela CMC;
 - Instrução sobre a Declaração de Origem e Destino dos Fundos;
 - Instrução do Questionário de Auto-avaliação sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
 - Instrução sobre a Prestação de Informação Financeira dos Emitentes de Valores Mobiliários.
- **Produção de 4 (quatro) propostas de diplomas legais para aprovação em 2018 pelo Executivo, designadamente:**
 - Regime Jurídico dos Fundos de Garantia das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados;
 - Regime Jurídico do Papel Comercial;
 - Regime Jurídico das Taxas no Mercado de Valores Mobiliários;

- Anteproposta de Lei de Alteração do Artigo 415.º do Código dos Valores Mobiliários.
- **Preparação para apreciação do Conselho de Administração em 2018, de 8 (oito) propostas de diplomas, designadamente:**
 - Regime Jurídico das Entidades Administrativas Independentes;
 - Regulamento das SGMR;
 - Regulamento dos OIC’s de Capital de Risco;
 - Regulamento dos OIC’s de Titularização de Activos;
 - Regulamento das Sociedades Gestoras de Patrimónios;
 - Instrução sobre o Rácio de Solvabilidade das SGMR;
 - Instrução sobre a Prestação de Informações relativas às negociações em Mercado Regulamentado;
 - Revisão da Instrução sobre a Prestação de Informação Financeira dos Agentes de Intermediação.

Adicionalmente, no âmbito da assessoria jurídica em matéria de política regulatória e de contencioso do mercado, procedeu-se a elaboração de pareceres e notas jurídicas, designadamente:

- Parecer sobre o Regulamento Interno do CNEF;
- Parecer sobre o Projecto de Instrução de Prestação de Informação do Auditor;
- Parecer sobre a Instrução sobre o Registo na Plataforma Informática de Supervisão e Fiscalização da CMC;
- Parecer sobre o pedido de esclarecimento e informação de suporte ao Administrador Provisório da PKF Angola;
- Parecer sobre a solicitação do BFA de prorrogação do prazo para migração das contas do SIGMA para a CEVAMA;
- Parecer sobre os procedimentos concursais lançados ao abrigo da Lei dos Contratos Públicos;

- Parecer sobre a análise do Memorando N.º 08/DSI-FIM/04/2017, sobre as respostas à solicitação de registo das alterações à Instrução BODIVA n.º 5/17;
- Parecer sobre os Direitos de Autor;
- Parecer sobre a proposta de Alteração da Regra da BODIVA N.º 5/15;
- Parecer sobre a alteração da Regra N.º 1/15 da BODIVA;
- Parecer sobre o Pedido de Declaração para o Guiché Único da Empresa;
- Parecer sobre a conformidade legal das instituições financeiras bancárias que actuam como sociedades distribuidoras no mercado de capitais;
- Parecer Jurídico relativo a Instrução da CMC sobre Prestação de Informação Financeira dos Agentes de Intermediação;
- Pareceres sobre os contratos de intermediação financeira dos agentes de intermediação registados na BODIVA;
- Parecer sobre o Número de Identificação dos Mercados BODIVA – *Market Identifier Code (MIC)*;
- Nota Jurídica sobre as Privatizações;
- Nota Jurídica sobre o regime fiscal dos OIC's;
- Estatísticas sobre o Branqueamento de Capitais e partilha com a UIF;
- Parecer sobre a revisão do Protocolo de Cooperação com a CMVM;
- Elaboração de informação sobre o Regime FATCA;
- Instauração de oito Processos de Transacção aos Agentes de Intermediação;
- Parecer sobre o acolhimento das recomendações da CMC pela BODIVA, no âmbito da Regra BODIVA n.º 5/15 do Mercado de Bolsa e elaboração do Ofício e Certidão sobre a Regra BODIVA n.º 1/17, sobre o Mercado de Bolsa;

- Pareceres sobre os projectos Instruções produzidas pela CMC;
- Pareceres os projectos de Regulamento emitidos pela CMC;
- Pareceres aos seguintes normativos da BODIVA:
 - Alteração da Regra BODIVA n.º 2/17 - Sobre o Preçário a praticar nos mercados por si geridos;
 - Regra BODIVA n.º 2/17, sobre o Preçário, que altera a Regra BODIVA n.º 3/15, do Preçário;
 - Instrução BODIVA n.º 1/18, sobre o Calendário e Horário de Funcionamento dos Mercados BODIVA 2018;
 - Instrução BODIVA n.º 1/17, sobre a Integração de Valores Mobiliários;
 - Instrução BODIVA n.º 2/17, sobre a Admissão de Valores Mobiliários ao Mercado de Bolsa;
 - Ofício-Circular BODIVA n.º 001/17, sobre a Migração da Carteira de Títulos de Tesouro;
 - Ofício-Circular BODIVA n.º 002/17, sobre o Preçário de Custódia de Títulos de Tesouro Migrada.

2.2.2. Domínio da Promoção do Mercado de Valores Mobiliários

Neste domínio, e tendo em consideração os objectivos específicos traçados, destacam-se as seguintes actividades, no âmbito do **desenvolvimento e estratégia**:

- **Mercado de Dívida Pública:**
 - Propostas de estruturação de novos tipos de instrumentos de dívida direccionados aos investidores institucionais;
 - Proposta de OIC's especiais;
 - Proposta de análise do Modelo de Emissão de Dívida.

- **Mercado de Dívida Corporativa:**

- Proposta de programa de auscultação dos *players* do mercado, no sentido de aferir a apetência das empresas para a emissão de obrigações;
- Proposta de grupo de trabalho interministerial para a identificação e acompanhamento da elaboração da proposta-piloto de estruturação de financiamento de projectos estruturantes, por via da emissão de *Project Bonds*, no âmbito das Parcerias Público Privadas, bem como, para a identificação destes projectos;
- Memorando sobre instrumentos alternativos de dívida, nomeadamente, Obrigações de Caixa e *Mini-Bonds* e a sua aplicabilidade ao mercado angolano;
- Estudo sobre *Green Bonds*.

- **Mercado Accionista:**

- Estudo sobre o processo de privatização das empresas angolanas por via da bolsa de valores.

- **Mercado de Mercadorias:**

- Estudo de viabilidade económico-financeira sobre a criação e modelos de uma bolsa de mercadorias de Angola;
- Proposta de roteiro para a implementação da Bolsa de Mercadorias.

- **Mercado dos Organismos de Investimento Colectivo:**

- Proposta de plano de promoção dos OIC's;
- Proposta de roteiro para o fórum de divulgação dos OIC's;
- Estudo sobre a constituição dos OIC's com foco nos mecanismos de investimento e desinvestimento.

- Propostas para criação de fundos de investimento especiais, nomeadamente os Organismos Especiais de Investimento em Valores Mobiliários (OEIVM) para investimento em dívida pública;
 - Proposta para a criação de Organismos de Investimento Colectivo Imobiliário de Loteamento (OICIL) para financiamento do sector industrial e de habitação.
- **Estudos e Manuais sobre os Mercados de Valores Mobiliários:**
 - Programa de Estudos Económicos e Financeiros Especializados:
 - Estudo sobre o Potencial do Investimento (calibragem do modelo);
 - Estudo sobre a Dinamização do Mercado de Capitais num contexto de Política Monetária Adversa;
 - Estudo sobre os Produtos Financeiros Complexos;
 - Estudo sobre Alargamento do Actual Quadro de Incentivos Fiscais no Mercado de Valores Mobiliários e Instrumentos Derivados;
 - Estudo sobre *Riskoutlook*;
 - Estudo sobre o *Framework* de Análise do Risco de Infra-estruturas de Mercado;
 - Estudo sobre as Fraudes no Mercado de Capitais: *Red Flags* e Matrizes de Risco;
 - Estudos sobre as Dimensões e Estruturas Relevantes (para Angola) dos conceitos “Inclusão Financeira” e “Literacia Financeira”;
 - Estudo sobre Formas de Financiamento Alternativo no Mercado de Valores Mobiliários (capital de risco, *business angel*, *crowdfunding*, entre outros);
- Estudo sobre os Fundos de Investimento Especiais Agrícolas e Industriais;
 - Estudo sobre os Prós e Contras da Redução ou Isenção Fiscal para o Mercado de Valores Mobiliários;
 - Estudo sobre Modelos de Governação Corporativa de alguns países Africanos e de Outros Continentes;
 - Estudo sobre o Processo de Desmaterialização dos Títulos e Valores Mobiliários;
 - Estudo Comparado sobre a Implementação das IFRS;
 - Estudo sobre Melhoria do Código de Governação Corporativa;
 - Estudo sobre o Grau de Cumprimento do Guia de Governação Corporativa da CMC;
 - Memorando de Fundamentação relativo à Necessidade de Revisão do Aviso do BNA n.º 1/17, de 3 de Fevereiro, sobre Procedimentos de Movimentação da Conta de Capitais.
- **Elaboração de Periódicos:**
 - 12 (doze) *Newsletters* sobre os Mercados Financeiros;
 - 4 (quatro) Monitores do Mercado de Valores Mobiliários;
 - 6 (seis) Observatórios do Mercado de Valores Mobiliários.
- **Conferências, Palestras, Seminários:**
 - Realização do “V Encontro Anual de Quadros: Mercado de Capitais – Perspectivas Futuras”, em Luanda – evento destinado a todos os quadros da CMC, operadores do Mercado de Valores Mobiliários, representantes do Ministério das Finanças e de instituições financeiras nacionais;
 - Conferência sobre “Modelos de Financiamento do Urbanismo e Habitação em Angola”, em Luanda – evento destinado aos membros do Governo, operadores do mercado imobiliário, instituições financeiras e potenciais investidores;
 - Realização do Fórum do Mercado de Capitais 2017;
 - Apresentação do “Processo B do SISF” aos operadores do Mercado a todas as instituições supervisionadas pela CMC;
 - Realização de sessões de esclarecimento sobre o “Código de Boas Práticas de Governação Corporativa” aos potenciais emitentes, Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Colectivo (SGOIC), Sociedades de Investimento (SI), auditores externos e agentes de intermediação e, ainda, ao Instituto do Sector Empresarial Público (ISEP);
 - Realização de sessão de esclarecimento sobre o Regulamento de Ofertas de Valores Mobiliários para representantes do sector bancário, de seguros, tecnologias de informação e energia;
 - Conferência de imprensa alusiva ao lançamento do Programa “Mentor CMC”.

- **Âmbito da Educação Financeira:**

- Ciclo de visitas guiadas à CMC: IMEL, IMCL, ABAI, UNIA, ISPTec e UGS;
- Ciclo de visitas guiadas à BODIVA: IMCL, RMA, ABAI, UNIA e UGS.
- Ciclo de Palestras a Instituições de Ensino – Instituto Médio Comercial de Luanda (IMCL), Instituto Médio de Administração e Gestão do Kilamba (IMAG-K), Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL), Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTec) e Universidade Gregório Semedo (UGS);
- Ciclo de Palestras a Jornalistas – Grupo GEM Angola, Rádio Nacional de Angola e Grupo Media Nova;
- Ciclo de Palestras a Comunidades Religiosas – Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo (Tocoísta) e Igreja Metodista Unida em Angola;
- II.ª Edição do Concurso de Redacção para a Educação Financeira – evento destinado a escolas do ensino médio.

- **Website Institucional:**

- A performance do website institucional foi monitorizada, através da plataforma Google Analytics, tendo registado **24.780,00** (vinte e quatro mil e setecentas e oitenta) visitas ao Website.

2.2.3. Domínio da Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Neste domínio, e tendo em consideração os objectivos específicos traçados, destacam-se as actividades no âmbito da **supervisão do mercado**, nomeadamente:

- **Criação de um conjunto de normativos que conduziram os processos de supervisão prudencial**

e comportamental das entidades ligadas ao mercado de valores mobiliários:

- Bases técnicas sobre os activos ponderados pelo risco dos OIC's;
- Proposta de *checklists* das SGOIC's, Fundos de Investimentos (FI's) e Sociedades de Investimento (SI's);
- Processos e procedimentos dos FI's, SGOIC's, SI's e Peritos Avaliadores de Imóveis (PAI);
- Bases técnicas relativas à Instrução sobre os Deveres de Prestação de Informação Financeira dos Emitentes;
- Bases técnicas relativas à Instrução sobre a Prestação de Informação Periódica dos Auditores Externos;
- Bases técnicas relativas à Instrução sobre o Licenciamento das Entidades Supervisionadas pela CMC;
- Bases técnicas relativa a Integração no Sistema Informático de Supervisão;
- Bases técnicas relativas à Instrução sobre os Peritos Avaliadores de Imóveis de Organismos de Investimento Colectivo imobiliários.

- **Licenciamento de OIC's e Entidades Conexas:**

- No período em referência, foram analisados 16 (dezaséis) pedidos de licenciamento, tendo sido registadas 12 (doze) entidades e autorizadas a constituição de 4 (quatro), nomeadamente:
 - Beta – FIIF;
 - Agribusiness – Fundo Especial de Capital de Risco;
 - BFA Oportunidades – FEIVMF;
 - Gama – FIIF;
 - Home – FIIF;
 - Building – FIIF;
 - Gots – SIICF;
 - Novinvest – PAI;

- Imoview – PAI;
- Crowe Horwath – Auditores e Consultores, SA;
- ILHA Predial – FIIF;
- Deolinda Sena – PAI;
- Pravall – SIICF;
- Finmanagement – SGOIC;
- Fundigest – SGOIC;
- Eagglestone – SGOIC.

- **Supervisão de OIC's e Entidades Conexas:**

- **Supervisão directa** (presencial) consubstanciou-se na verificação *in loco* sobre o grau de conformidade legal, na mitigação do risco sistémico e na defesa da legítima confiança dos investidores, das entidades e OIC's registadas na CMC, através do **PASOICE – Programa Anual de Supervisão dos Organismos de Investimento Colectivo e Entidades**, designadamente:
 - CPU Consultores África;
 - SAESP;
 - (BE) depositário;
 - Hipergest, S.A.;
 - Banco de Negócios Internacional;
 - (BNI) depositário;
 - ILHA – SGOIC;
 - BFA G.A – SGOIC;
 - Banco de Fomento Angola (BFA) Depositário;
 - Económico Fundos de Investimento – SGOIC;
 - Banco Millennium Atlântico (BMA) – Depositário;
 - Odell Global Investors – SGOIC;
 - Proprime – PAI;
 - Zenki – PAI;
 - Arlington – PAI.

- **Supervisão indirecta** consubstanciou-se na verificação e acompanhamento com base na informação periódica submetida pelas entidades e outras fontes de informação (imprensa, denúncias, etc.), das entidades e OIC's registados na CMC, nomeadamente:
 - BESA Valorização;
 - BESA Património;
 - ILHA – SGOIC;
 - Económico Fundo de Investimento – SGOIC;
 - Hipergest – SIICF;
 - Odell Retail and Logistic;
 - Odell Liquidez;
 - KPMG Angola;
 - PricewaterhouseCoopers (PwC), Angola, Lda.;
 - Deloitte & Touche Auditores Angola, Lda.
 - Ernst & Young Angola, Lda.
 - Crowe Horwath– Auditores e Consultores, S.A.
- **Registo de ofertas públicas:**
 - Análise preliminar dos documentos de suporte à emissão de valores mobiliários de entidades que operam nos seguintes sectores:
 - Financeiro (Banca);
 - Energias.
- **Sistema de codificação de títulos ISIN (*International Securities Identification Number*):**
 - Em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela ANNA (*Association of National Numbering Agencies*), deu-se continuidade ao processo de

codificação de todos os títulos de dívida pública, designadamente:

- Elaboração do Relatório Anual de Codificação ISIN de 2017 “*ANNA Country Report 2017*”;
 - Codificação dos títulos de dívida pública referentes ao ano de 2017.
- **Licenciamento de IFNB's e Agentes de Intermediação:**
 - Ao longo do período em referência, foram analisados 9 (nove) processos de licenciamento, dos quais 3 (três) foram para autorização e 6 (seis) para registo, nomeadamente:
 - Banco Caixa Geral Angola;
 - Banco Yetu;
 - Banco Crédito Sul;
 - Banco da China;
 - BANC;
 - Banco de Comércio Angolano;
 - Saving – SDVM;
 - Saving – SCVM;
 - Eaglestone – SDVM.
 - **Supervisão das IFNB's Agentes de Intermediação e Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados:**
 - **Supervisão directa** (presencial) consubstanciou-se na verificação *in loco* sobre o grau de conformidade legal, na mitigação do risco sistémico e na defesa da legítima confiança dos investidores e das instituições financeiras registadas na CMC, através do

PASIFIM – Programa Anual de Supervisão dos Intermediários Financeiros e Infra-estruturas de Mercado, designadamente:

- Banco Económico;
 - MADZ – SCVM;
 - Banco Prestígio;
 - BODIVA;
 - Banco Keve;
 - Banco de Fomento Angola;
 - *Standard Chartered* Angola;
 - Banco Millennium Atlântico;
 - Banco BIC.
- **Supervisão indirecta** consubstanciou-se na verificação e acompanhamento com base na informação periódica submetida pelas entidades e outras fontes de informação (imprensa, denúncias, etc.), das instituições financeiras registadas na CMC, nomeadamente:
 - Agentes de Intermediação (incluindo todos os bancos que operam diariamente na BODIVA);
 - GROWTH, SCVM, S.A.;
 - MADZ, SCVM, S.A.;
 - BODIVA.
 - **Vigilância do mercado BODIVA** consubstanciou-se na implementação dos Protocolos e Modelos de Vigilância para o Mercado Secundário de Dívida, visando a melhoria no acompanhamento das negociações, designadamente:
 - Análise e arquivo dos resumos diários de negociação;

- Análise de informações sobre comitentes no quadro das operações suspeitas;
- Análise sobre os limites das variações dos preços dos títulos na BODIVA;
- Parecer sobre a suspensão do Mercado Regulamentado de Obrigações e Valores Mobiliários (MROV);
- Análise sobre os limites das variações dos preços dos títulos;
- Parecer sobre o Relatório Anual dos Mercados BODIVA 2016;
- Memorando sobre o modelo de vigilância do Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro (MBTT);
- Relatórios mensais e trimestrais das negociações nos mercados BODIVA;
- *Checklist* com os requisitos legais para o registo de instrumentos derivados;
- Memorando sobre a implementação do repositório;
- Análise às fichas técnicas de potenciais instrumentos derivados e produtos financeiros estruturados;
- Memorando sobre a instituição de um código único de identificação de cada participante no mercado;
- Bases técnicas relativas à Instrução de Prestação de Informação sobre as negociações por parte das SGMR;
- Reporte de informação mensal agregada sobre o volume de negociações na BODIVA à AMERC (*Africa and Middle East Regional Committee*).

- **Sistema Informático de Supervisão e Fiscalização “SISF”:**
 - Operacionalização do sistema, subdividido em sete (7) processos, designadamente:



Figura 1 Processos de supervisão incorporados no Sistema Informático de Supervisão de Fiscalização

Neste capítulo, apesar da complexidade do sistema, ficou totalmente **concluído e operacional o processo de acesso, autorização e registo**, tendo sido registadas, e iniciados, os processos de registo de todas as instituições financeiras a operar, bem como dos auditores e peritos avaliadores de imóveis.

Por outro lado, encontra-se em fase de conclusão, para testes, os **processos de recolha de informação, análise e supervisão indirecta**, bem como o agendamento da **supervisão directa e contravenções**.

O **processo de insight e investigação** encontra-se em fase de testes finais, tendo em conta a necessidade de compatibilização entre os sistemas SIMER – sistema informático de negociação e custódia customizado pela BODIVA, e o SISF, visando a compatibilização e leitura dos ficheiros da negociação.

2.2.4. Domínio da Cooperação e Relações Institucionais

Neste domínio, e tendo em consideração os objectivos específicos traçados, destacam-se as actividades no âmbito **cooperação e relações institucionais**, nomeadamente:

• Programa de Cooperação e Dinamização Local:

- Foram realizadas actividades de assistência técnica e troca de informações, no âmbito dos acordos bilaterais celebrados com parceiros locais, designadamente:
 - Participação no inquérito do INFE/OCDE sobre o projecto/ proposta de Manual de Boas Práticas da Organização Internacional de Supervisores de Seguros e Pensões;
 - Acompanhamento dos reportes trimestrais via formulários *standard* do Fundo Monetário Internacional (FMI) - Reporte 4RS das IFNBs/IFNB's sob supervisão da CMC remetido ao BNA;
 - Discussão com o BNA sobre as “zonas cinzentas” de supervisão;
 - Discussão com o BNA relativa à clarificação das questões relacionadas com o Aviso n.º 1/17, sobre Procedimentos de Movimentação da Conta de Capitais;
 - Concertação dos supervisores financeiros relativamente à Estratégia Nacional de Educação Financeira;
 - Participação no questionário do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) remetido pelo BNA;

- Apresentação ao INAPEM do projecto designado “*Mini-bonds*”;
- Concertação técnica com a OCPA sobre a normalização contabilística da auditoria no MVM.

• Programa de Cooperação e Dinamização Internacional:

- Admissão da CMC como membro ordinário da IOSCO (International Organization of Securities Commissions);
- Revisão do Protocolo de Cooperação com a CMVM.
- No âmbito da actuação como membro do **CISNA (Committee of Insurance, Securities and Non-banking Financial Authorities)**, destacam-se as seguintes actividades:
 - Parecer sobre a criação e acolhimento do Secretariado Executivo permanente do CISNA;
 - Relatório de progresso das actividades desenvolvidas pela CMC no âmbito do CISNA;
 - Participação nos questionários sobre a promoção da educação financeira da região do CISNA, sobre a análise de dados, sobre a gestão de riscos e sobre o projecto de mercado de títulos;
 - Relatório informativo sobre a **organização da 41.ª reunião do CISNA em Angola**.
- No âmbito da actuação junto da **INFE/OCDE**, enfatizam-se as seguintes actividades:
 - Participação no inquérito/consulta pública sobre a contribuição da eficácia das habilidades financeiras das PME;

- Contributos ao manual de boas práticas da Organização Internacional de Supervisores de Seguros e Pensões;
- Parecer sobre a participação da CMC na 8.ª Reunião do Comité Técnico da INFE/OCDE.

• No âmbito da actuação junto da **IOSCO/AMERC/GEMC**, enfatizam-se as seguintes actividades:

- Participação no questionário da *The AMERC Working Group on Listings*;
- Participação no questionário sobre educação financeira e desenvolvimento do MVM;
- Participação no questionário para criação de sub-comités de trabalho no GEMC;
- Memorando sobre o programa de capacitação da IOSCO para executivos.

• No âmbito da actuação junto da **ANNA** realizou-se o reporte sobre os produtos financeiros numerados durante o exercício de 2016.

- No quadro das acções junto da **LEIROC (Legal Entity Identifier Regulatory Oversight Committee)**, realizou-se o estudo sobre a LEIROC, de modo a obter conhecimento da referida instituição para a implementação de uma LOU's em Angola.

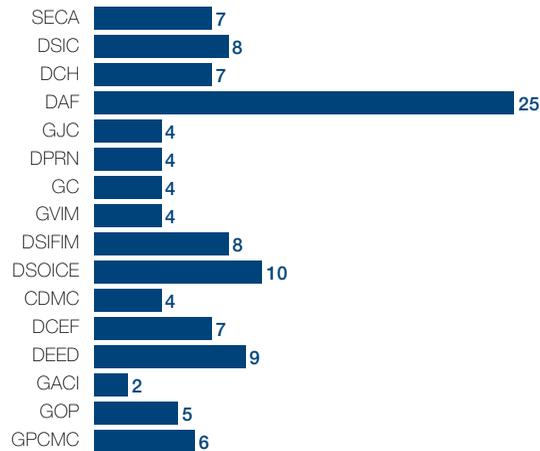
3

CAPITAL
HUMANO

A CMC terminou o período em análise com um quadro de pessoal constituído por 164 colaboradores, dos quais:

- 114 em exercício de funções efectivas;
- 19 cedidos em comissão de serviço;
- 9 em licença laboral;
- 22 a desempenhar funções na banda auxiliar (auxiliares de limpeza e motoristas).

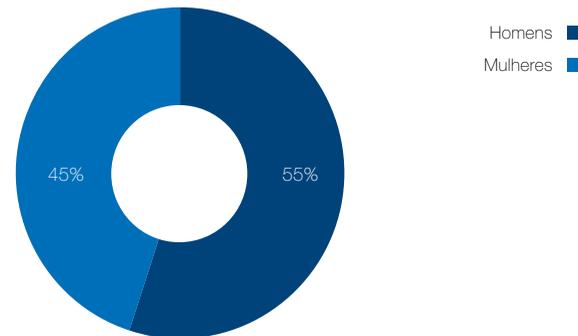
GRÁFICO 9 DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADES DE ESTRUTURA



Fonte: DCH / CMC.

Em termos de distribuição por género, pode-se verificar no gráfico abaixo que o género masculino está maioritariamente representado na instituição.

GRÁFICO 10 DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

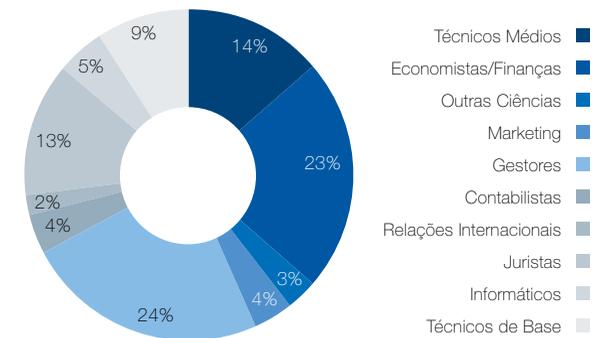


Fonte: DCH / CMC.

Relativamente à distribuição por habilitações literárias, dos 114 colaboradores que possuem habilitações de nível superior, 4 são doutorados, 27 são mestrados e 83 são licenciados.

Inserem-se, ainda, na distribuição por habilitações, 7 colaborações com grau de bacharel, 29 técnicos médios e 14 técnicos de base, distribuídos em diferentes ramos de conhecimento, conforme observa-se no gráfico seguinte:

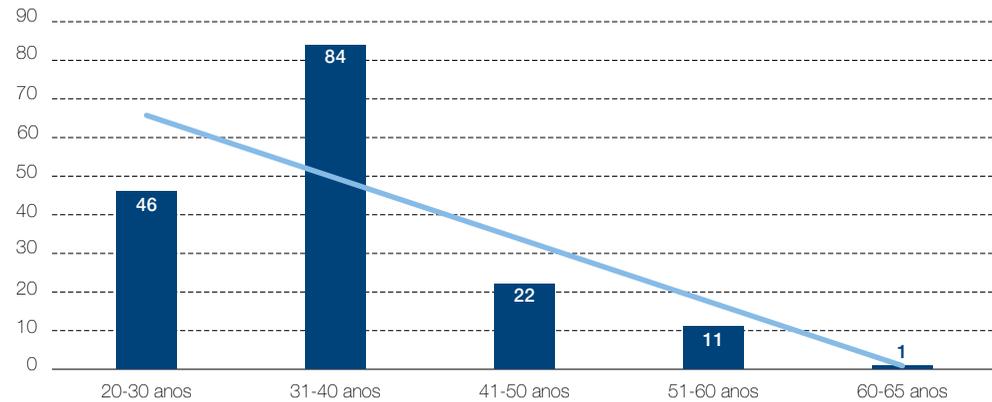
GRÁFICO 11 DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA



Fonte: DCH / CMC.

A estrutura etária do quadro de colaboradores situou-se no intervalo compreendido entre os 25 e os 63 anos de idade, sendo a média de idades da instituição de 36,5 anos.

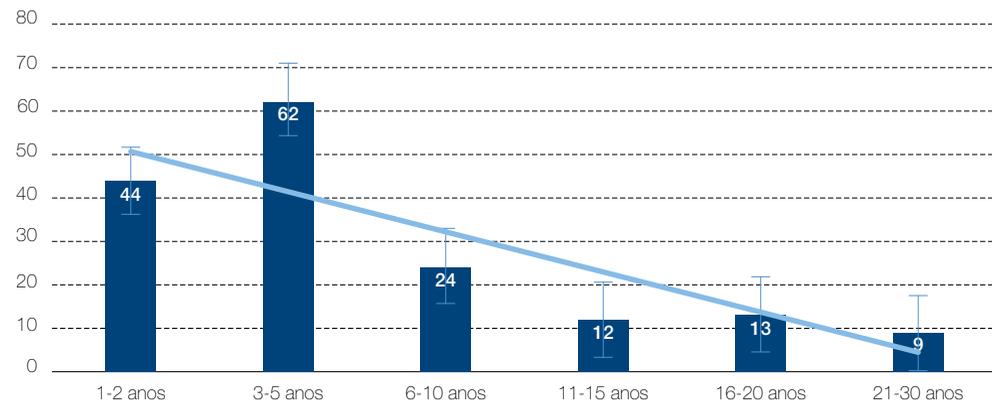
GRÁFICO 12 DISTRIBUIÇÃO POR IDADE



Fonte: DCH / CMC.

Em 2017 a CMC registou um total 164 Colaboradores, dos quais 106 estavam vinculados à Instituição por um período igual ou inferior a 5 anos, conforme o gráfico 13.

GRÁFICO 13 DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE



Fonte: DCH / CMC.

No que respeita à formação e desenvolvimento do capital humano, durante o período em análise, realizaram-se 39 (trinta e nove) acções de formação, num total de 820 (oitocentos e vinte) horas de formação, que contou com a participação de 103 (cento e três) colaboradores.

No âmbito do desenvolvimento das competências dos colaboradores, desenvolveu-se, paralelamente, um **programa de workshops internos sob o lema “Descascar CMC”**, que visou a disseminação das matérias relevantes ligadas ao funcionamento do mercado de valores mobiliários. Deste modo, foram realizadas 27 (vinte e sete) sessões de *workshops*, sendo 20 (vinte) programadas e 7 (sete) não programadas (extraordinárias).

Ao mesmo tempo, e **levando em conta o compromisso social da instituição aliado ao esforço de disseminação do conhecimento, foi concebido um programa de estágios académicos e profissionais**, dirigido, fundamentalmente, a estudantes recém-licenciados e finalistas, com vista a facultar uma experiência profissional em contexto real de trabalho.

Importa destacar que o programa de estágios tem contribuído, igualmente, em muitos casos, na elaboração das dissertações de várias teses de licenciatura e mestrado.

Ainda, no âmbito da promoção do ensino do mercado de valores mobiliários, a Academia do Mercado de Valores Mobiliários (AMVM – integrada na estrutura interna da CMC) desenvolveu e promoveu, em parceria com entidades do mercado e de formação e ensino, os seguintes cursos:

• **Cursos com certificação:**

- Curso Técnico de Negociação em Mercados Regulamentados (em parceria com a BODIVA);
- Curso Técnico de Processamento de Operações de Valores Mobiliários Pós-Negociação (em parceria com a BODIVA).

• **Cursos sem certificação:**

- Introdução ao Mercado de Capitais (AMVM).

4

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

4.1. ENQUADRAMENTO

A CMC tem como fonte de receitas principais as dotações do Orçamento Geral do Estado (OGE) e as taxas de supervisão cobradas nos termos do Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro e o artigo 33.º, do Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho.

O regime financeiro da instituição estabelece o seguinte:

- 1) O orçamento é elaborado e executado em obediência aos termos previstos para as Unidades Orçamentais;
- 2) A gestão financeira rege-se pelas regras relativas às Unidades Orçamentais e, em tudo o que não seja incompatível, pelo Decreto Presidencial n.º 54/13, de 06 de Junho, pelo regime jurídico aplicável às entidades pertencentes ao Sector Empresarial Público e, no omissão, pelo Regulamento Interno;
- 3) A gestão patrimonial e financeira rege-se segundo os princípios de direito privado;
- 4) O património inicial é constituído pelos bens do Estado afectos aos seus serviços;
- 5) Integram o património da instituição todos os bens e demais valores adquiridos;
- 6) A contabilidade é elaborada de acordo com o regime da contabilidade pública, sem prejuízo da possibilidade de elaboração de contabilidade segundo o Plano Geral de Contabilidade Empresarial.

Tendo em conta os pressupostos acima enunciados, apresentam-se as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2017, nos termos do Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, que aprova o Estatuto Orgânico da CMC.

4.2. BALANÇO ORÇAMENTAL

O balanço orçamental, referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2017, demonstra a receita e a despesa orçamental prevista, em confronto com a realizada, evidenciando a diferença resultante desta comparação, conforme mapa seguinte:

4.2.1. BALANÇO ORÇAMENTAL

RECEITAS	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
Correntes	2.779.190.907	2.133.454.633	645.736.274
Recursos ordinários do tesouro	2.743.366.114	2.098.589.897	644.776.217
Recursos consignados	35.824.793	34.864.736	960.057
Capital	282.752.784	181.589.283	101.163.502
Recursos ordinários do tesouro	282.752.784	181.589.283	101.163.502
TOTAIS	3.061.943.691	2.315.043.915	746.899.776
DESPESAS	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
Correntes	2.743.366.114	2.133.454.633	609.911.481
Pessoal	1.585.963.092	1.584.114.063	1.849.029
Contribuições do empregador	112.740.411	112.371.186	369.225
Bens	121.153.083	32.145.866	89.007.217
Serviços	923.509.528	404.823.518	518.686.010
Capital	282.752.784	181.589.283	101.163.502
Investimentos diversos	282.752.784	181.589.283	101.163.502
TOTAIS	3.026.118.898	2.315.043.915	711.074.983

Tabela 1

4.3. BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro apresenta a receita e a despesa orçamental, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamental, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme mapa seguinte:

4.3.1. BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS	NOTAS	2017	2016
Orçamentais		2.280.179.179	2.192.069.376
Correntes		1.970.342.936	2.052.036.674
Recursos ordinários do tesouro	4.6.3.1	1.970.342.936	2.052.036.674
Capital		82.049.292	63.775.630
Recursos ordinários do tesouro	4.6.3.1	82.049.292	63.775.630
Restos a Pagar		227 786 950	76 257 072
Liquidados sem ordem de saque	4.6.6.1	33.466.063	0
Liquidados com ordens de saque	4.6.6.2	194.320.887	76.257.072
Recursos consignados		35.711.845	84.618.501
Extra-orçamental	4.6.3.2	34.864.736	84.618.501
Variação de devedores por adiantamentos		847.109	0
Disponibilidades - Exercício Anterior		33.233.368	9.117.221
Disponível em Moeda Nacional		33.233.368	9.117.221
Bancos		33.233.368	7.117.221
Outras contas (caução)		0	2.000.000
TOTAIS		2.349.124.392	2.285.805.097
DESPESAS	NOTAS	2017	2016
Orçamentais	4.6.4	2.280.179.179	2.246.499.620
Correntes		2.098.589.897	2.179.637.170
Pessoal		1.584.114.063	1.486.978.911
Contribuições do empregador		112.371.186	86.011.129
Bens		28.385.724	56.166.735
Serviços		373.718.924	550.480.395
Capital		181.589.283	66.862.450
Investimentos diversos		181.589.283	66.862.450
Extra-orçamental	4.6.4	38.410.655	6.072.109
Bens		7.520.285	0
Serviços		30.890.370	0
Devedores por adiantamentos		0	6.072.109
Disponibilidades - Exercício Actual		30.534.558	33.233.368
Disponível em Moeda Nacional	4.6.8	30.534.558	33.233.368
Bancos		28.534.558	33.233.368
Outras contas (caução)		2.000.000	0
TOTAIS		2.349.124.392	2.285.805.097

Tabela 2

4.4. BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial demonstra os activos e os passivos, evidenciando o património líquido da Instituição, a 31 de Dezembro de 2017, conforme mapa seguinte:

4.4.1. BALANÇO PATRIMONIAL

ACTIVO	NOTAS	2017	2016
Activo Circulante		186.996.223	121.003.394
Disponível	4.6.8	30.529.608	33.233.368
Disponível em moeda nacional		28.529.608	33.233.368
Outras contas		2.000.000	0
Créditos em Circulação	4.6.7	156.466.614	87.770.026
Instituições centrais	4.6.7.1	61.905.292	33.670.199
Outros créditos	4.6.7.2	94.561.322	54.099.827
Activo Permanente	4.6.5	704.451.206	531.257.162
Bens Móveis e Imóveis		545.245.136	312.298.684
Bens móveis		537.606.182	312.051.084
Bens móveis em curso		7.638.954	247.600
Activos Intangíveis		159.206.070	218.958.478
Sistemas informáticos		158.666.070	218.958.478
Sistemas informáticos em curso		540.000	0
TOTAL DO ACTIVO		891.447.430	652.260.557
PASSIVO	NOTAS	2017	2016
Passivo Circulante		288.051.653	243.690.016
Obrigações em Circulação		288.051.653	214.813.876
Liquidados sem ordem de saque	4.6.6.1	33.466.063	0
Liquidados com ordens de saque	4.6.6.2	194.320.887	194.051.389
Outras obrigações		0	20.762.487
Dívida de contratos	4.6.9	60.264.703	0
Outras Obrigações a Pagar		0	28.876.140
Outros encargos		0	28.876.140
Exigível a Longo Prazo		173.116.392	28.876.140
Operações de Longo Prazo		173.116.392	28.876.140
Dívida de contratos	4.6.9	173.116.392	28.876.140
Património Líquido	4.6.10	430.279.385	408.570.541
Saldo patrimonial		430.279.385	408.570.541
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO		891.447.430	652.260.557

Tabela 3

4.5. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As demonstrações das variações patrimoniais evidenciam as mutações verificadas no património, bem como no apuramento do resultado no exercício.

4.5.1. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	NOTAS	2017	2016
Receitas Correntes		2.133.454.633	2.212.912.247
Recursos ordinários do tesouro		2.098.589.897	2.128.293.746
Recursos consignados		34.864.736	84.618.501
Receitas de Capital		181.589.283	63.775.630
Recursos ordinários do tesouro		181.589.283	63.775.630
(+) Total das Receitas Orçamentais		2.315.043.915	2.276.687.877
Despesas Correntes		2.133.454.633	2.179.637.170
Pessoal		1.584.114.063	1.486.978.911
Contribuições do empregador		112.371.186	86.011.129
Bens		32.145.866	56.166.735
Serviços		404.823.518	550.480.395
Despesas de Capital		181.589.283	66.862.450
Investimentos diversos		181.589.283	66.862.450
(-) Total das Despesas Orçamentais		2.315.043.915	2.246.499.620
(=) Resultado Orçamental		0	30.188.256
(+) Mutações Patrimoniais Activas Orçamentais		352.921.784	111.395.573
Incorporações de Activos	4.6.11	352.921.784	66.862.450
Aquisições	4.6.11.1	352.921.784	66.862.450
Bens móveis		330.732.729	3.086.820
Bens intangíveis		22.189.056	63.775.630
Desincorporações de Passivos		0	44.533.123
Outras mutações patrimoniais activas		0	44.533.123
(-) Mutações Patrimoniais Passivas Orçamentais		2.945.844	1.958.466
Desincorporações de Activos		2.945.844	1.958.466
Outras mutações patrimoniais passivas		2.945.844	1.958.466
(=) Resultado Orçamental Após Interferências / Mutações		349.975.941	139.625.364

Tabela 4

4.5. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONTINUAÇÃO)

4.5.1. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (CONTINUAÇÃO)

	NOTAS	2017	2016
(+) Mutações Patrimoniais Activas Extra -Orçamentais		318.481.604	299.062.953
Incorporações de Activos	4.6.12.1	74.791.589	23.372.218
Incorporações de direitos		68.696.589	17.807.631
Outras mutações patrimoniais activas		6.095.000	5.564.587
Desincorporações de Passivos		243.690.016	275.690.735
Desincorporações de passivos	4.6.12.2	243.690.016	275.690.735
(-) Mutações Patrimoniais Passivas Extra-Orçamentais		646.748.702	290.088.583
Desincorporações de Activos		0	115.775.846
Desincorporações de direitos		0	55.605.249
Abate de bens móveis		0	60.170.597
Incorporações de Passivos		461.168.046	76.257.072
Restos a pagar	4.6.13.1	227.786.950	76.257.072
Dívida de contratos	4.6.13.1	233.381.095	0
Ajustes de Bens e Valores a Crédito		185.580.656	98.055.664
Depreciações e amortizações	4.6.13.2	185.580.656	98.055.664
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO		21.708.844	148.599.734

Tabela 4 (continuação)

4.6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.6.1. Introdução

As notas explicativas incluem informações adicionais detalhadas de natureza orçamental, financeira, patrimonial, administrativa, económica, legal e social, bem como, indica os critérios utilizados na elaboração das demonstrações financeiras e as ocorrências subsequentes à data de sua elaboração.

4.6.2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com o regime de contabilidade pública, foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos pela instituição e de acordo com as normas e regras fundamentais estabelecidas no Regulamento do Sistema Contabilístico do Estado, aprovado pelo Decreto N.º 36/09, de 12 de Agosto.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo, a 31 de Dezembro de 2017, são, em tudo, comparáveis com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2016. As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional, o Kwanza (AOA).

Os componentes do património são avaliados em moeda corrente oficial e os expressos em moeda estrangeira são convertidos ao valor da moeda corrente oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação.

O registo das operações contabilísticas patrimoniais, financeiras e orçamentais resultam da conversão dos registos contabilísticos, pelo método das partidas dobradas, tendo por base o Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e o aplicativo ERP Primavera.

A referida conversão tem por base o Plano de Contas do Estado, de forma a evidenciar a situação de bens, direitos, obrigações e património líquido, respeitando as características de fiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade.

Os critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específicas são conforme segue:

a) Imobilizado

Os componentes do activo imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, reavaliado ou actualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo as taxas de amortização aplicadas as que constam do Decreto Presidencial n.º 177/10, 13 de Agosto, com as seguintes vidas úteis estimadas:

- Equipamento de Transporte: 8 Anos;
- Equipamento Administrativo: 4 a 8 Anos;
- Equipamento Informático: 4 a 8 Anos;
- Mobiliário Diverso e Social: 5 a 10 Anos;
- Outras Imobilizações Corpóreas: 4 a 8 Anos.

b) Créditos de Terceiros

Os créditos de terceiros, conhecidos ou calculáveis, são computados pelo valor actualizado à data da avaliação.

c) Disponível

As disponibilidades em moeda estrangeira devem ser convertidas ao valor da moeda oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação, e as aplicações financeiras ser acrescidas aos rendimentos proporcionais auferidos até à data de avaliação.

d) Obrigações em Circulação

As obrigações e os encargos, conhecidos ou calculáveis, devem ser computados pelo valor actualizado à data da avaliação. As obrigações em moeda estrangeira devem ser convertidas ao valor da moeda corrente oficial, à taxa de câmbio da data de avaliação.

e) Passivos Contingentes

Quando aplicável, os passivos contingentes decorrentes de obrigações laborais, de segurança social, contratuais, operacionais, administrativas e judiciais, são provisionados pelo seu valor esperado de realização.

f) Receitas

Nos termos da Lei-Quadro do OGE, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas. No caso das receitas provenientes dos recursos ordinário do tesouro, atendendo ao carácter da CMC (enquanto unidade orçamental), entende-se que a receita deve ser reconhecida no período em que é liquidada a despesa (previamente cabimentada), mediante o acto de atribuição da quota financeira. No caso das receitas consignadas, as mesmas são reconhecidas no acto da sua consignação por parte da Direcção Nacional do Tesouro.

g) Despesas

A despesa realizada corresponde à despesa cabimentada, liquidada e paga ao longo do exercício, com suporte nas dotações do OGE e das receitas consignadas, bem como, a despesa cabimentada, liquidada e com ordem de saque, mas não paga.

h) Especialização dos exercícios

As receitas e as despesas são incluídas no apuramento do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

4.6.3. Execução da receita

O Orçamento da CMC, aprovado pela Lei n.º 22/16, de 30 de Dezembro, da Assembleia Nacional, para o exercício económico de 2017, comportou receitas estimadas provenientes dos recursos ordinários do tesouro no montante de AOA 3.026.118.898 para cobertura de despesas de igual montante e período.

A receita realizada corresponde aos recursos ordinários do tesouro, por contrapartida das quotas financeiras disponibilizadas pela Direcção Nacional do Tesouro e aos recursos consignados, nomeadamente:

4.6.3.1. Recursos ordinários do tesouro: **AOA 2.280.179.179;**

4.6.3.2. Recursos consignados: **AOA 34.864.736.**

Nos termos do artigo 6.º do Decreto Executivo n.º 209/08, de 26 de Setembro, as receitas provenientes da cobrança das taxas de supervisão e registo são depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional (CUT), cabendo à CMC a consignação de 90% e 10% destinado às contribuições ao OGE.

Estas receitas provenientes de emolumentos e taxas diversas apresentam-se nas demonstrações financeiras como “Recursos Consignados”, na medida em que foram efectivamente consignados, não obstante o facto de não terem sido previstas aquando da elaboração do orçamento para 2017.

4.6.4. Execução da Despesa

A despesa realizada corresponde à despesa cabimentada, liquidada e paga, bem como, a despesa cabimentada e liquidada, mas não paga, ao longo do exercício, com suporte nos recursos ordinários do tesouro e nos recursos consignados.

As despesas orçamentais representaram um peso de 98,49% e as despesas extra-orçamentais um peso de 1,51%, face à despesa total realizada, no valor de **AOA 2.315.043.915**, sendo que 73,28% correspondem às despesas com o pessoal, 18,88% correspondem às despesas com bens e serviços e 7,84% aos investimentos diversos.

Os investimentos diversos incorporam a aquisição de bens móveis com um peso de 6,87% e a aquisição de activos intangíveis com uma participação na despesa total de 0,96%.

4.6.5. Imobilizações

4.6.5. IMOBILIZAÇÕES

RUBRICAS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Imobilizações Corpóreas:			
Equipamento de carga e transporte	507.354.461	127.949.883	379.404.578
Equipamento administrativo	17.509.697	9.026.876	8.482.821
Equipamento informático	114.156.168	80.931.063	33.225.105
Mobiliário diverso e social	132.170.381	47.143.396	85.026.985
Mobiliário social	29.598.074	12.787.232	16.810.842
Outras imobilizações	27.748.212	13.092.362	14.655.850
Adiantamentos por conta de imobilizado	7.638.954	0	7.638.954
Subtotal	836.175.947	290.930.811	545.245.136
Imobilizações Incorpóreas:			
Software	264.556.811	105.890.741	158.666.070
Em curso	540.000	0	540.000
Subtotal	265.096.811	105.890.741	159.206.070
TOTAIS	1.101.272.758	396.821.552	704.451.206

Tabela 5

4.6.5.1. Movimento das Imobilizações (Valores Brutos)

4.6.5.1. MOVIMENTO DAS IMOBILIZAÇÕES (VALORES BRUTOS)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
Imobilizações Corpóreas:				
Equipamento de carga e transporte	186.259.461	321.095.000	0	507.354.461
Equipamento administrativo	17.509.697	0	0	17.509.697
Equipamento informático	55.861.437	6.641.614	51.653.118	114.156.168
Mobiliário diverso e social	132.164.865	0	5.516	132.170.381
Mobiliário social	29.201.094	396.980	0	29.598.074
Outras imobilizações	5.810.231	1.055.181	20.882.800	27.748.212
Em curso	67.169.123	0	-67.169.123	0
Adiantamentos por conta de imobilizado	5.614.394	7.638.954	-5.614.394	7.638.954
Subtotal	499.590.302	336.827.728	-242.083	836.175.947
Imobilizações Incorpóreas:				
Software	242.907.755		21.649.056	264.556.811
Adiantamentos por conta de imobilizado	0	22.189.056	-21.649.056	540.000
Subtotal	242.907.755	22.189.056	0	265.096.811
TOTAIS	742.498.057	359.016.784	-242.083	1.101.272.758

Tabela 6

4.6.5.2. Movimento das Amortizações do Imobilizado

4.6.5.2. MOVIMENTO DAS AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AMORTIZAÇÕES		SALDO FINAL
		EXERCÍCIO	ABATES	
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de carga e transporte	73.599.950	54.349.933	0	127.949.883
Equipamento administrativo	6.417.307	2.609.569	0	9.026.876
Equipamento informático	58.912.219	22.018.844	0	80.931.063
Mobiliário diverso e social	31.210.062	15.933.334	0	47.143.396
Mobiliário social	8.953.371	3.833.861	0	12.787.232
Outras imobilizações	8.198.710	4.893.652	0	13.092.362
Subtotal	187.291.619	103.639.192	0	290.930.811
Imobilizações Incorpóreas:				
Software	23.949.277	81.941.464	0	105.890.741
Subtotal	23.949.277	81.941.464	0	105.890.741
TOTAIS	211.240.896	185.580.656	0	396.821.552

Tabela 7

4.6.6. Restos a Pagar

A rubrica de “restos a pagar” refere-se a dívidas a fornecedores, processada no exercício, com a seguinte incidência:

4.6.6.1. AOA 33.466.063 referem-se às despesas cabimentadas e liquidadas sem ordens de saque por contrapartida de investimentos diversos.

4.6.6.2. AOA 194.320.887 referem-se às despesas cabimentadas, liquidadas, com ordens de saque emitidas, mas não pagas, das quais AOA 128.246.960,40 reportam as ordens de saque emitidas por contrapartida de Bens e Serviços e AOA 66.073.926,89 reportam as ordens de saque emitidas por contrapartida de investimentos diversos.

4.6.7. Créditos em Circulação

A rubrica de “créditos em circulação”, no montante de **AOA 156.466.614**, encontra-se constituída por:

4.6.7.1. AOA 61.905.292 referente a receita arrecadada que se encontra em consignação na Direcção Nacional do Tesouro;

4.6.7.2. AOA 94.561.322 referente a receita que se encontra em cobrança junto das entidades supervisionadas.

4.6.8. Disponível

A rubrica “disponível”, no montante de **AOA 30.534.558**, corresponde ao saldo da conta bancária, denominado em moeda nacional, à ordem no banco BAI.

4.6.9. Dívida de contratos

A rubrica “Dívida de Contratos”, no montante global de **AOA 233.381.095**, dos quais AOA 60.264.703 serão liquidados em 2018, pelo que são apresentados no Passivo Circulante, sendo o restante AOA 173.116.392 apresentado no Exigível a Longo Prazo. Esta dívida corresponde ao compromisso assumido no âmbito de contratos de locação financeira, relativo ao período

de 2017-2021 para aquisição de 5 (cinco) veículos de transporte, nos termos do Decreto Presidencial n.º 64/11, de 18 de Abril.

Os valores dos pagamentos futuros da locação apresentam-se da seguinte forma:

4.6.9. DÍVIDA DE CONTRATOS

	PAGAMENTOS MÍNIMOS	VALOR ACTUAL DOS PAGAMENTOS
Até 1 ano	121.056.654	60.264.703
Superior a 1 ano (até 2021)	248.413.308	173.116.392
Subtotal	369.469.962	233.381.095
Encargos Financeiros	-136.088.866	0
TOTAL	233.381.095	233.381.095

Tabela 8

4.6.10. Património Líquido

O Património Líquido, no montante de **AOA 430.279.385**, corresponde ao saldo patrimonial da instituição após interferência do saldo activo e do passivo circulante.

4.6.11. Mutações Patrimoniais Orçamentais Activas

4.6.11.1. Incorporações de Activos

A rubrica “incorporações de activos”, no montante de **AOA 352.921.784**, refere-se ao montante das aquisições de bens móveis, incluindo as viaturas adquiridas no âmbito do contrato de locação financeira (registados pelo custo, isto é, excluindo despesas de capital referentes aos juros e outras despesas), bem como as aquisições de bens intangíveis ocorridos em 2017.

4.6.12. Mutações Patrimoniais Activas Extra Orçamentais

4.6.12.1. Incorporações de Activos

A incorporação de direitos, no montante total de **AOA 74.791.589**, resulta de:

4.6.12.1.1. AOA 68.696.589 referente à variação do saldo a receber por parte das Instituições Centrais e de Outros Créditos, ou seja, dos confrontos entre os saldos apurados dos exercícios de 2017 e 2016;

4.6.12.1.2. AOA 6.095.000 referente ao montante disponibilizado por contrapartida do sinistro de uma viatura sem interferência na execução do orçamento de 2017.

4.6.12.2. Desincorporações de Passivos

As desincorporações resultam das regularizações dos encargos estimados a 31 de Dezembro de 2016, no montante de **AOA 243.690.016**, que foram liquidados e ajustados em 2017 sem recurso a execução orçamental de 2017.

4.6.13. Mutações Patrimoniais Passivas Extra Orçamentais

4.6.13.1. Incorporações de Passivos

As incorporações de passivos resultam do somatório das obrigações em circulação (**AOA 227.786.950** referentes a Restos a pagar) e dívidas de contratos (locação financeira, **AOA 233.381.095**).

4.6.13.2. Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações, a 31 de Dezembro de 2017, situaram-se em **AOA 185.580.656**, conforme mapa abaixo.

4.6.13.2 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	VALOR LÍQUIDO
Imobilizações Corpóreas:	
Equipamento de carga e transporte	54.349.933
Equipamento administrativo	2.609.569
Equipamento informático	22.018.844
Mobiliário diverso e social	15.933.334
Mobiliário social	3.833.861
Outras imobilizações	4.893.652
Subtotal	103.639.192
Imobilizações Incorpóreas:	
Software	81.941.464
Subtotal	81.941.464
TOTAIS	185.580.656

Tabela 9

4.6.14. Alteração da política contabilística

No exercício findo a 31 Dezembro de 2017, o Conselho de Administração entendeu alterar a Política Contabilística associada ao reconhecimento da receita proveniente das dotações do OGE.

Desta forma, receita passa a ser reconhecida no momento da emissão da cabimentação e liquidação, por contrapartida das quotas financeiras atribuídas pela Direcção Nacional do Tesouro, contrariamente ao sucedido nos exercícios anteriores (a receita era reconhecida no momento do pagamento da ordem de saque). Os valores comparativos foram re expressos de forma consistente com a nova política contabilística.

4.6.15. Acontecimentos Após Data do Balanço

Após a data do fecho das contas não houve conhecimento de ocorrências de eventos que afectem os valores do activo, passivo e das demonstrações financeiras do período findo a 31 de Dezembro de 2017.

5

ANEXOS

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Mário Galvão



Hélder Cristelo



Ottoniel Santos



Elmer Serrão



Edna Kambinda

Comissão do Mercado de Capitais | 2017

3. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em sessão realizada a 28 de Março de 2018, pelo que, são assinadas pelos seus membros.

Luanda, 28 de Março de 2018


Mário Edison Gourgel Gavião
(Presidente do Conselho de Administração)


Hélder da Costa Cristelo
(Administrador Executivo)


Ottoniel Lobo Carvalho dos Santos
(Administrador Executivo)


Elmer Vivaldo de Sousa Serrão
(Administrador Executivo)


Edna Nogueira Fernandes da Silva Kambinda
(Administradora Executiva)



Ernst & Young Angola, Lda. Tel: +244 227 280 461/2/3/4
 Presidente Business Center Fax: +244 227 280 465
 Largo 17 de Setembro, nº 3 www.ey.com
 3º Piso - Sala 341
 Luanda
 Angola

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração da
 Comissão do Mercado de Capitais

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Comissão do Mercado de Capitais, as quais compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 891.447.430 Kwanzas e um Património líquido de 430.279.385 Kwanzas, incluindo um Resultado patrimonial do exercício de 21.708.844 Kwanzas), e a Demonstração das variações patrimoniais, o Balanço financeiro e o Balanço orçamental, relativos ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com o regime de contabilidade pública e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

37



Comissão do Mercado de Capitais
 Relatório do Auditor Independente
 31 Dezembro 2017

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira de Comissão do Mercado de Capitais em 31 de Dezembro de 2017, e do seu desempenho financeiro relativo ao exercício findo naquela data, de acordo com o regime de contabilidade pública definido no Decreto n.º 36/09 de 12 de Agosto.

Luanda, 29 de Março de 2018

Ernst & Young Angola, Lda.
 Representada por:

Daniel José Venâncio Guerreiro
 (Perito Contabilista n.º 20130107)



Complexo Administrativo Cláustico de Talavera, Rua do MAT 3º B, G/L 19 B, Bloco A5, 1ª e 2ª Luanda, Angola
 Tel: +244 982 519 292 / 540 546 473 - Fax: +244 222 70 40 09 - E-mail: info@cmc.gov.ao
 UG000 5477 - NIF: 7403000227

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Dando cumprimento ao mandato que Sua Excia Sr. Ministro das Finanças conferiu-nos, e em conformidade com as disposições legais aplicáveis e em vigor no país, nomeadamente os Decretos Presidências nº 289/17 de 13 de Outubro e do nº 54/13, de 6 de Junho, que aprova os Estatutos do COMISSÃO DE MERCADO DE CAPITAIS (CMC), submetemos à apreciação de V. Exas. o parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, as quais compreendem o Balanço Patrimonial, que evidência um total de Activo de 891.447.430 Kwanzas, Passivo de 461.168.045 de Kwanzas, sendo por isso o Saldo Patrimonial de 430.279.385 de Kwanzas, o Balanço Financeiro; as Demonstrações das Variações Patrimoniais e as respectivas Notas Anexas.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pela CMC durante o exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2017, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos que se julgaram pertinentes, incluindo as diligências formais no que se refere ao Modelo de Governação adoptado, além de observar os demais procedimentos tidos como indispensáveis.
3. Com base no resultado da fiscalização, consideramos que:
 - a) Os documentos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, em nosso entender, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no regime da contabilidade pública, onde se aplica, em alinhamento com uma contabilidade segundo o Plano Geral de Contabilidade Empresarial;
 - b) As políticas e processos em vigor nas matérias de governação corporativa respeitam parcialmente os princípios estabelecidos no Estatuto Orgânico da CMC;
 - c) As políticas e processos instituídos no âmbito do sistema de controlo interno respeitam, com alguma razoabilidade, os princípios estabelecidos no Regulamento Interno, nomeadamente os seus

anexos sobre as atribuições e competências, Código de Ética e Regimento Interno do Conselho Consultivo;

- d) Não tomámos conhecimento de qualquer outra situação ou deliberação que fosse contrária às normas em vigor e que possam pôr em causa a razoabilidade das Demonstrações Financeiras apresentadas;
4. Não obstante os factos supra referidos, o Conselho Fiscal recomenda para o exercício económico de 2017:
 - a) O reforço e continuidade de políticas de gestão prudente dada a conjuntura macroeconómica actual;
 - b) O reforço e consolidação dos aspectos relacionados com a Supervisão do mercado, 'Corporate Governance' e Controlo Interno, tendo em conta a conjuntura actual do mercado financeiro em Angola;
 - c) Acompanhamento da carteira de transacções dos operadores do mercado, acautelando o potencial de receitas próprias para Instituição.
 5. Diante do exposto, é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição Financeira e Patrimonial do COMISSÃO DE MERCADO DE CAPITAIS e o seu desempenho financeiro relativos ao exercício findo naquela data, podendo ser submetida ao Conselho de Administração, visando a sua aprovação.

Luanda, 28 de Março de 2018.


 Fernando Hermes
 (Presidente)

ACRÓNIMOS

AGMVM . Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (Cabo Verde)

AIA . Associação Industrial de Angola

ABAI . Academia Banco Angolano de Investimento

AMVM . Academia de Mercado de Valores Mobiliários

ANNA . Association of National Numbering Agencies

ARSEG . Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros

BNA . Banco Nacional de Angola

BPC . Banco de Poupança e Crédito

BODIVA . Bolsa de Dívida e Valores de Angola

CBSA . Católica Business School Angola

CEVAMA . Central de Valores Mobiliários de Angola

CISNA . Committee of Insurance, Securities and Non-Banking Financial Authorities

CMC . Comissão do Mercado de Capitais

CMVM . Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (Portugal)

CVM . Comissão de Valores Mobiliários (Brasil)

ENAD . Escola Nacional de Administração

FECUAN . Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto

IMAG . Instituto Médio de Administração e Gestão

IFNB . Instituições Financeiras Não Bancárias

IMETRO . Instituto Metropolitano

INADEC . Instituto Nacional de Defesa do Consumidor

INFE-OECD . Rede Internacional sobre a Educação Financeira da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

ISPB . Instituto Superior Politécnico de Benguela

ISPTEC . Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Comunicação

IOSCO . International Organization of Securities Commissions

ISIN . International Securities Identification Number

LEIROC . Legal Entity Identifier Regulatory Oversight Committee

MBTT . Mercado de Bolsa de Títulos de Tesouro

MED . Ministério da Educação

MES . Ministério do Ensino Superior

MINEA . Ministério da Energia e Águas

MINEC . Ministério da Economia

MINFIN . Ministério das Finanças

MINFAMU . Ministério da Família e Promoção da Mulher

MINJUSDH . Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

MINTRANS . Ministério dos Transportes

MROV . Mercado de Registo de Operações sobre Valores Mobiliários

OCPCA . Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola

OIC . Organismos de Investimento Colectivo

OICV/IOSCO . Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários

OPI . Oferta Pública Inicial

PA . Plano de Acção

PGR . Procuradoria-Geral da República

PMI . Project Management Institute

PND . Plano Nacional de Desenvolvimento

PPP . Parceria Público Privada

POPEMA . Programa Operacional de Preparação das Empresas Nacionais para o Mercado Accionista

RNPL . Rede Nacional de Plataformas Logísticas

REMA . Rede Nacional de Mediatecas de Angola

SADC . Southern African Development Community

SEC . Securities and Exchange Commission (EUA)

SISF . Sistema Informático de Supervisão e Fiscalização

SPPRC . Strategic Planning and Performance Review Committee (CISNA)

UGS . Universidade Gregório Semedo

UIF . Unidade de Informação Financeira

ULA . Universidade Lusíada de Angola

UNIA . Universidade Independente de Angola

UTANGA . Universidade Técnica de Angola

UTAIP . Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado

UPRA . Universidade Privada de Angola



COMISSÃO
DO MERCADO
DE CAPITAIS
REPÚBLICA DE ANGOLA